



PROCESSO N° 30740

DIA 06 / 12 / 22

Processo: 30740/2022

Requerente: Prolife Equipamentos Médicos Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 207 de 2022 - Processo Licitatório n. 19685/2021

Folhas N° 12 Rubrica 10

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 207 de 2022 - Processo Licitatório n. 19685/2021, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de equipamentos médicos e central de monitorização para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 02 de dezembro de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação que, após análise técnica, verificou que *“o descritivo do item 01 impede a participação de todos os fabricantes do mercado, visto que nenhum atende na íntegra as especificações técnicas do edital”*, sugerindo a modificação do descritivo.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 09, limitou-se a encaminhar o procedimento à Secretaria Municipal de Saúde para pronunciamentos de ordem técnica, sugerindo a remessa a esta Procuradoria para análise dos aspectos jurídicos.

Às fls. 11 consta a manifestação da Subsecretaria de Atenção Hospitalar informando que a unidade não dispõe no momento de equipe ou mesmo profissional para as avaliações técnicas apontadas, salientando que, quando da cotação de preços, se apresentaram empresas e conformidade com o edital e suas especificações técnicas, concluindo pela *“continuidade do procedimento em conformidade com o Edital”*, considerando a necessidade de aquisição dos equipamentos em tela e a proximidade da realização do certame.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que o presente procedimento administrativo foi aberto em 29/11/2022, sendo tempestiva a impugnação, em conformidade com o item 24.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 05/12/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Inicialmente, verifica-se que **não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório**, mas tão somente quanto à descrição técnica do item 01.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da



secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, **cabe à Secretaria de Saúde sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.**

Além disso, conforme previsto nos itens 24.2 e 24.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

Alerte-se, portanto, que o encaminhamento a esta Procuradoria-Geral é desnecessário, causando tumulto e atraso processual.

Verifica-se que a Subsecretaria de Atenção Hospitalar, às fls. 11, respondeu a impugnação afirmando expressamente que a “Unidade Requisitante não dispõe no momento de equipe ou mesmo profissional para as avaliações técnicas apontadas pela empresa”, pugnando, no entanto, pela continuidade do procedimento.

Causa estranheza a secretaria requisitante, responsável por elaborar o termo de referência a fim de licitar o objeto, não possuir equipe ou profissional qualificado para tanto.

Salvo melhor juízo, o prosseguimento do certame sem a devida análise técnica do item impugnado pode configurar conduta temerária, eis que, caso tenha razão a impugnante, restariam violados os princípios basilares da Administração Pública, mormente o da competitividade.

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria de Saúde para ciência e manifestação de sua expertise e, após, à Comissão de Pregão III para decisão acerca da impugnação.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

DIÁRIO 121 22

Folhas N.º 14 Rubrica

de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 02 de dezembro de 2022.

Laynne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773


João Paulo Figueiredo
PROCURADOR GERAL
PRIMEIRO-MATR. 63010